
Ata n.º 11

**Reunião Ordinária
do Conselho Intermunicipal
da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra**

No dia 10 de julho de 2014, pelas 16h00m, na sede da CIM Região de Coimbra, em Coimbra, reuniu o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra devidamente convocado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, João Albino Rainho Ataíde das Neves, ao abrigo da alínea c) do artigo 92.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Aprovação de Atas

Discussão e Aprovação da Ata n.º 10, de 11/06/2014

Período Antes do Ordem do Dia

Apresentação do Programa Espaços do Cidadão, com a presença do Senhor Secretário de Estado da Modernização Administrativa.

Ordem do Dia

1. Informações

1.1 - Transmissão do Saldo de Gerência da CIMPIN

2. Propostas

2.1. – Adenda ao Contrato de Arrendamento

3. Aprovisionamento

3.1. - Concurso Público para Aquisição de equipamentos de Proteção Individual (EPI), para combate a incêndios em espaços naturais - Procedimento CP 01/2014

3.1.1 - Aprovação do relatório final e adjudicação

3.1.2 - Aprovação das minutas dos contratos

3.2 - Ajuste Direto para Aquisição de Serviços em Regime de Avença de assessoria e comunicação da CIM-RC - Procedimento 12/2014:

3.2.1 - Abertura do procedimento

3.2.2 - Aprovação das peças do procedimento

3.3 - Ajuste Direto para Aquisição de Serviços em Regime de Avença, para promoção turística da Região de Coimbra - Procedimento 18/2014:

3.3.1 - Abertura do procedimento

3.3.2 - Aprovação das peças do procedimento

3.4 - Concurso Público para celebração de Acordo Quadro para prestação de serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - Procedimento CC-CIMRC 01/2014:

3.4.1 - Aprovação do relatório final e adjudicação

3.4.2 - Aprovação das minutas dos contratos

4. Serviços de Contabilidade

4.1 - Resumo Diário de Tesouraria

4.2 - 4.ª Alteração Orçamental às Grandes Opções do Plano e 5.º Alteração ao Orçamento

5. Outros assuntos

*

À hora anunciada na convocatória, o Presidente do Conselho Intermunicipal, adiante designado Presidente do CI, João Ataíde, fez circular a lista de presenças para assinaturas dos presentes, que se junta como anexo à presente ata, tendo-se verificado a existência do quórum necessário.

Assim, registou-se que participaram na reunião:

Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Figueira da Foz, João Albino Rainho Ataíde das Neves;

Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, José Carlos Alexandrino Mendes;

Vice- Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Luís Paulo Carreira Fonseca Costa;

Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, João Moura;

Presidente da Câmara Municipal de Góis, Maria de Lurdes Castanheira;

Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Luís Antunes;

Presidente da Câmara Municipal da Mealhada, Rui Marqueiro;

Presidente da Câmara Municipal de Mira, Raul Almeida;

Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, Miguel Baptista;

Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Emílio Torrão;

Presidente da Câmara Municipal da Mortágua, Júlio Norte;

Vereadora da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Alexandra Tomé em representação do Presidente



Presidente da Câmara Municipal de Penacova, Humberto Oliveira;

Presidente da Câmara Municipal de Penela, Luís Matias;

Presidente da Câmara Municipal de Soure, Mário Nunes;

Participou nesta reunião, por convite do Sr Presidente do Conselho Intermunicipal, o Senhor Secretário de Estado para a Modernização Administrativa, Joaquim Pedro Cardoso da Costa.

Esteve presente na reunião Jorge Bento, Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal.

Estiveram também presentes o Chefe de Gabinete de Apoio ao Investimento da Câmara Municipal de Coimbra, Jorge Brito, e o Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, João Paredes.

A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, João Ataíde, tendo sido secretariada pela Técnica Superior da CIM-RC, Susana Ferreira.

Antes da Ordem do Dia

Apresentação do Programa Espaços do Cidadão, com a presença do Senhor Secretário de Estado para a Modernização Administrativa.

O Presidente do CI, João Ataíde, declarou aberta a sessão pelas 16h00 e, verificada a qualidade, identidade e legitimidade dos presentes, deu início aos trabalhos.

Cumprimentou os presentes, agradecendo em especial ao Senhor Secretário de Estado, Joaquim Pedro Cardoso da Costa, pela sua presença, realçando que pretende partilhar algumas preocupações não só no que concerne à Modernização Administrativa, área muito cara ao Poder Local, mas também em relação a outras reformas anunciadas referentes ao atendimento público de serviços desconcentrados do Estado designadamente dos serviços de finanças, da organização judiciária e do Parque Escolar.

Não sendo matérias da competência da Secretaria de Estado da Modernização Administrativa, esta não deixa de estar associada a essa problemática, será importante, se possível, clarificar as políticas governamentais com incidência no território. Prosseguiu, dizendo que nestes tempos difíceis os cidadãos recorrem ao Poder local para resolver um crescente leque de questões, cabendo a todos credibilizar as organizações políticas do Estado, estando convencido que a Administração Central e em particular a Secretaria para a Modernização Administrativa poderá ter um papel de maior aproximação com os cidadãos.

Posto isto, passou a palavra ao Senhor Secretário de Estado que começou por agradecer o convite para estar presente na sede da CIM da Região de Coimbra.

O Senhor Secretário de Estado referiu pretender apresentar o Programa Espaço do Cidadão, programa que visa assegurar a prestação de serviços à população, aproveitando os pontos de atendimento já existentes na maior parte dos Municípios Portugueses.

Mencionou dois projetos que estão a ser estudados: o Programa de Transporte “A Pedido” e o sistema das “Carrinhas do Cidadão”, que visam aproximar os serviços básicos dos cidadãos, e ao mesmo tempo racionalizar/otimizar os recursos existentes. Saliu que em cada município, pelo menos, deveriam existir os serviços básicos de atendimento do Estado. Referiu que recebe com frequência desafios de autarcas que pretendem implementar no seu município o modelo das Lojas do Cidadão. Acrescentou que é intenção do Governo, a breve trecho, colocar uma Loja do Cidadão em cada Município feita a partir de uma otimização de recursos.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que esta estratégia assenta numa clara distinção entre *back office* e *front office* dos serviços, e que o Governo pretende manter a marca Loja do Cidadão para que continue a transportar em si a lógica de qualidade e atendimento. Saliu que na lei está contemplada que o modelo da Loja do Cidadão pode ser gerido por uma das entidades lá presentes, por acordo entre todas as entidades, pela AMA, ou pela própria autarquia, esclarecendo que esta última opção é a que recolhe maior consenso junto do Governo.

Realçou que o modelo financeiro de gestão da Loja do Cidadão é auto-sustentável pelas rendas pagas pelas entidades públicas ou privadas presentes que aí fornecem serviços aos cidadãos.

Relativamente ao Programa do Espaço do Cidadão, estabelecido no DL n.º 74/2014 de 13 de maio, disse tratar-se de um modelo complementar ao modelo anterior e que o Governo pretende ter uma Loja do Cidadão em cada município e um Espaço do Cidadão na localidade mais relevante do município. Referiu que este novo programa assenta no atendimento digital assistido ou seja é um local onde os cidadãos podem aceder aos serviços digitais disponibilizados pela Administração Central.

Acrescentou que o Espaço do Cidadão será um ponto único de contacto, para prestação de serviços públicos *online* onde os cidadãos serão atendidos por pessoas previamente formadas e qualificadas para os ajudar a beneficiar dos serviços digitalizados.

Finalizou a sua intervenção deixando um desafio a todos os municípios para que aceitem, até ao fim do mês de julho, celebrar os protocolos com a AMA, a fim de serem instituídos no fim de Outubro, princípio de Novembro.

O Presidente do CI agradeceu o esclarecimento dado pelo Senhor Secretário de Estado e passou a palavra ao Vice-Presidente do Município de Arganil que iniciou a sua intervenção congratulando-se com a Modernização Administrativa que está em curso, salientando que esta irá trazer para os territórios de baixa densidade alguns dos serviços de *back office* que atualmente estão centralizados nas grandes cidades. Considerou o atendimento digital assistido uma resposta positiva, realçando porém que para ser bem-sucedido carece de um

suporte tecnológico consistente. Discorda com a ideia de que atender é a parte mais fácil, pois entende que é complicado um funcionário conseguir reunir todos os conhecimentos necessários, que lhe permitam dar uma resposta cabal ao cidadão.

Tomou a palavra o Presidente do Município de Cantanhede que fez um balanço positivo da implementação da Loja do Cidadão no seu município, revelando não ter dúvidas que o Espaço do Cidadão poderá funcionar igualmente bem como modelo complementar. Contudo alertou para as limitações de disponibilidade financeira dos municípios. Apelou ao Senhor Secretário de Estado no sentido de uniformizar os valores das rendas pagas pelo Estado pois existem disparidades várias e situações de privilégio inaceitáveis entre os vários postos de atendimento espalhados pelo país.

Interveio o Presidente do Município de Mira evidenciando alguma preocupação na criação da Loja do Cidadão nesse concelho, referindo que essa implementação poderá ser interpretada como substituição de alguns serviços públicos que entretanto lá serão encerrados.

O Presidente do Município de Montemor-o-Velho deu nota dos constrangimentos financeiros que o município enfrenta e por essa razão partilha das preocupações evidenciadas pelo homólogo de Cantanhede. Questionou o Senhor Secretário de Estado sobre a implementação da Loja do Cidadão na sede do concelho e se com essa implementação ainda se torna necessário criar um Espaço do Cidadão. Neste caso, perguntou que tipo de espaço requer uma Loja de Cidadão se se puder implementar os dois modelos num só espaço. Para si, estes programas não substituem o atendimento personalizado em questões tributárias ou de segurança social.

Tomou a palavra o Presidente do Município de Penacova referindo que apesar de reconhecer as vantagens de um serviço prestado *online*, e de pretender ver estes dois modelos desenvolvidos no seu município, realçou que em algumas situações o atendimento personalizado não poderá ser substituído.

Interveio o Presidente do Município de Soure dizendo ser a favor do avanço tecnológico e que irá tentar levar para uma ou duas freguesias do concelho o modelo de Espaço do Cidadão dado considerar é uma mais-valia para os cidadãos. Disse, ainda, que gostaria de ver implementada uma loja de cidadão neste município.

O Presidente do Município da Mealhada deu nota que os documentos disponibilizados foram devidamente analisados e que o assunto irá ser presente na próxima reunião de câmara esperando uma decisão favorável. Acrescentou que o executivo propõe a implementação de uma Loja do Cidadão e dois Espaços do Cidadão.

De seguida, tomou a palavra o Presidente do Município de Penela mostrando alguma preocupação na manutenção da qualidade dos serviços da Administração Central, após a entrada em funcionamento das novas unidades de apoio, bem como a sua ligação aos serviços

das Autarquias, alertando o Secretário de Estado para o problema do financiamento dos recursos humanos.

O Presidente do CI deu a palavra à Vereadora do Município de Pampilhosa da Serra, Alexandra Tomé, que salientou existir já no município dez “Pontos +”, um em cada freguesia, que prestam apoio aos munícipes tanto nos serviços da Administração Central como nos serviços da autarquia e demonstrou preocupação com os custos que poderão vir a ser imputados aos municípios.

Tomou a palavra o Presidente do Município de Miranda do Corvo dizendo que apesar da incerteza do esforço financeiro a ser suportado pelo município, vê com agrado a inclusão de um Espaço do Cidadão numa freguesia do concelho. Alertou o Senhor Secretário de Estado para a demora na emissão de alguns documentos.

O Presidente do Município da Lousã considerou a criação de um Espaço do Cidadão numa freguesia mais afastada do centro do concelho de forma a aproximar mais os cidadãos dos serviços. Revelou vontade em ter na sede do município uma Loja do Cidadão questionando sobre que outros serviços lá poderiam funcionar, bem como qual a partilha de custos - financiamento que o estado se dispõe a fazer. Alertou igualmente para o problema do financiamento de recursos humanos. Questionou, ainda, o Senhor Secretário de Estado sobre a falta de instalação da fibra ótica no município.

Interveio a Presidente do Município de Góis congratulando-se com o facto de se pretender implementar estas novas unidades de apoio, perguntando no caso de o município aderir a estes novos programas o que acontecerá com os serviços atualmente existentes (finanças, conservatória, etc.).

Seguidamente tomou a palavra o Presidente do Município de Mortágua dizendo concordar com estas novas alterações administrativas. Porém já não irá concordar caso as alterações impliquem o encerramento dos serviços como: finanças, segurança social e conservatória.

Tomou a palavra o Presidente do Município de Oliveira de Hospital que manifestou preocupação pelo encerramento de vários serviços públicos, bem como pelo afastamento do Estado às populações com territórios de baixa densidade. Esclareceu que neste momento existem em cinco freguesias do Município de Oliveira do Hospital alguns serviços que prestam auxílio à população em diversas matérias e por essa razão ainda não equacionou a colocação de uma Loja do Cidadão no concelho.

Interveio o Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente do Município da Figueira da Foz e, nessa qualidade, disse já ter destinado um lugar para acolher o Espaço do Cidadão e que pretende implementar este modelo em cinco freguesias do concelho. Sugeriu ao Senhor Secretário de Estado que faça prevalecer nesta matéria o princípio do equilíbrio e da equidade, entendendo que estes Espaços do Cidadão são uma mais-valia para as populações desde que não desvalorizem os serviços públicos existentes nos concelhos.



Relativamente à questão da gestão descentralizada dos serviços públicos, aludiu ao funcionamento e gestão dos julgados de paz, entendendo não fazer qualquer sentido cobrar-se taxas quando os municípios não detêm qualquer participação.

O Senhor Secretário de Estado, respondendo às preocupações evidenciadas, disse compreender as mesmas, dado que existe um enorme histórico de desconfiança entre a Administração Central e a Local. Realçou que estes modelos visam discriminar positivamente os territórios de menor densidade, ou os territórios com a população mais envelhecida.

Sobre a criação das lojas do cidadão deu nota que a metodologia do Governo consiste em trabalhar com dois coordenadores que serão nomeados e exclusivamente dedicados a esta tarefa, em que irão articular com as várias Direções-Gerais um plano sistemático sobre o território, sendo as Comunidades Intermunicipais chamadas a participar neste processo.

Finalizou a sua intervenção referindo que será enviada uma proposta adaptada a cada Município, solicitando aos Presidentes dos Municípios que se pronunciem sobre a mesma.

Finda esta intervenção o Sr Secretário de Estado saiu da reunião, repetindo as palavras de agradecimento pelo convite para debater estas matérias.

Após a saída do Senhor Secretário de Estado, o Presidente do Conselho Intermunicipal transmitiu ter estado presente numa reunião, a convite das Associações Comerciais do Minho, do Porto e da Confederação Empresarial do Centro, onde deu nota da posição defendida por esta Comunidade no que diz respeito à requalificação da linha ferroviária da Beira Alta.

Pelas dezanove horas e trinta minutos verificou-se a não existência de quórum para deliberar sobre os pontos da ordem do dia, pelo que, após consenso com os presentes ficou decidido mandar o Presidente do CI a aprovar os referidos assuntos através de despacho sendo estes posteriormente ratificados na próxima reunião do CI.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente do CI, João Ataíde, deu por encerrados os trabalhos eram dezassete horas e quarenta minutos.

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do CI, João Ataíde e pela Técnica Susana Ferreira, que secretariou a reunião.

Coimbra, 22 de julho de 2014

O Presidente do Conselho Intermunicipal
da CIM Região de Coimbra

(João Albino Rainho Ataíde das Neves)

A Técnica Superior que secretariou a reunião

(Susana Ferreira)